Revista Espaço Acadêmico – n. 228 – mai./jun. 2021 – bimestral
ANO XX – ISSN 1519.6186

Biopolítica como pacificação da vida revolucionária

ROMÁRIO EDSON DA SILVA REBELO*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo situar o debate sobre a tradição da biopolítica que Foucault deu início no pensamento contemporâneo a partir da tese de Lazzarato segundo a qual o capital se constitui como uma verdadeira máquina de guerra, chegando-se, assim, a uma concepção de biopolítica como pacificação da vida revolucionária. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, composta por levantamento e seleção das referências desse debate para uma análise do estado da arte que dê condições à proposição de uma tentativa conceitual, contribuindo-se com os estudos e as críticas que o compõem, e de alguma maneira, com a leitura das práticas então naturalizadas que, em tempos de pandemia, são deslocadas para o centro das discussões e dos conflitos sociais que colocam em xeque a ordem estabelecida das coisas.

Palavras-chave: biopolítica; capital; guerra; pacificação; vida revolucionária, pandemia.

Biopolitics as pacification of revolutionary life

Abstract: This work aims to situate the debate on the tradition of biopolitics that Foucault initiated in contemporary thought based on Lazzarato's thesis that capital constitutes itself as a true war machine, thus reaching a conception of biopolitics as pacification of revolutionary life. This is a bibliographic research, consisting of a survey and selection of the references of this debate for an analysis of the state of the art that gives conditions to the proposition of a conceptual attempt, contributing with the studies and the criticisms that compose it, and of some in this way, with the reading of the then naturalized practices that, in times of pandemic, are shifted to the center of discussions and social conflicts that put the established order of things in check.

Key words: biopolitics; capital; war; pacification; revolutionary life; pandemic.

* **ROMÁRIO EDSON DA SILVA REBELO** é doutorando em Direito pela Universidade Federal do Pará; servidor público da Fundação Papa João XXIII, entidade gestora da Política Nacional de Assistência Social no Município de Belém.

Mickey Mouse e Ronald MacDonald, de Banksy

Introdução

Qualquer que seja o acontecimento considerado como pandemia parece grande o suficiente para trazer consigo o fim do mundo. Não num sentido escatológico, e sim num sentido político, já que coloca em xeque a ordem estabelecida das coisas, deslocando práticas então naturalizadas para o centro das discussões e dos conflitos sociais.

Com a pandemia de Covid-19 não seria diferente. Além da crise sanitária que podemos esperar de uma pandemia, já vimos crises diplomáticas, econômicas e sociais se desenharem: como quando o governo Trump foi acusado de ter tomado equipamentos de saúde que outros países teriam comprado da China[1], e que também tem pressionado as agências de espionagem norte-americanas para encontrar algum indício de que o novo coronavírus tenha sido criado em um laboratório de Wuhan[2]; ou quando o distanciamento social, que é a medida de prevenção mais eficaz no momento contra o aumento do número de casos, passou a ser alvo de críticas de vários setores da sociedade, principalmente no Brasil, onde há maciço apoio do governo Bolsonaro à retomada da chamada "normalidade",

[1] Para mais detalhes, vide a matéria *CORONAVÍRUS: EUA são acusados de "pirataria" e "desvio" de equipamentos que iriam para Alemanha, França e Brasil*. São Paulo: BBC Brasil, 4 de abr. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52166245. Acesso em: 5 de jun. 2020.

[2] Para mais detalhes, vide a matéria *APESAR das pressões de Trump, agências de espionagem americanas acreditam que novo coronavírus não surgiu em laboratório chinês*. Rio de Janeiro: O Globo, 30 de abr. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/apesar-da-pressao-de-trump-agencias-de-espionagem-americanas-acreditam-que-novo-coronavirus-nao-surgiu-em-laboratorio-chines-24403674. Acesso em: 5 de jun. 2020.

mais preocupados com a manutenção da produção e do consumo do que com a vida das classes mais subalternizadas[3]; ou quando a violência policial contra a população negra nos Estados Unidos desencadeou uma onda de protestos contra o racismo por todo o mundo capaz de ameaçar o recrudescimento da escalada fascista em muitos países[4].

É difícil lidar com o fim do mundo enquanto ele acontece. Sempre foi mais confortável prevê-lo – ou revelá-lo, daí o termo apocalipse –, ou analisá-lo depois que passa, quando enfim descobrimos que não foi o fim do mundo, e sim, de um tempo. Mas existem recursos teóricos que podem ser usados como ferramentas de interpretação da realidade e que, portanto, evitam que nós fiquemos no completo escuro.

No caso da pandemia de Covid-19, a biopolítica é um desses recursos exatamente porque se presta a discutir a inscrição, ainda que paradoxalmente, da vida na política. Paradoxalmente porque a inscrição da vida na política pode significar morte, como o próprio Foucault (2005) deixou claro com a centralização da fórmula "fazer viver e deixar morrer" na modernidade, até então, localizada na periferia das relações de poder.

Por isso a necessidade de se recorrer a uma concepção de biopolítica mais completa possível. De todos os autores que vem estudando e criticando o conceito que Foucault desenvolveu na segunda fase da sua obra, chamada de genealogia do poder, Lazzarato parece ir além dos demais ao trabalhá-lo a partir de uma compreensão do mundo que, a partir da consolidação do capital, tornou-se um sistema, o que o permite levantar uma série de questões como partes integrantes de um todo que outros autores não chegam a abordar diretamente.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo situar o debate em torno da biopolítica que Foucault deu início no pensamento contemporâneo a partir da tese de Lazzarato segundo a qual o capital se constitui como uma verdadeira máquina de guerra, chegando-se, assim, a uma concepção de biopolítica como pacificação da vida revolucionária.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, composta por levantamento e seleção das referências desse debate para uma análise do estado da arte que dê condições à proposição de uma tentativa conceitual, contribuindo-se com os estudos e as críticas que o compõem.

1. Situando o debate em torno da biopolítica

No curso *Em defesa da sociedade* ministrado no Collège de France entre 1975 e 1976, pela primeira vez Foucault buscou explicar o que entendia por biopolítica, termo que havia usado na conferência *O nascimento da medicina social* proferida no Rio de Janeiro em 1974 para designar o novo interesse da medicina com a consolidação do capitalismo. Basicamente, o fez a partir do que a diferenciaria da soberania,

[3] Para mais detalhes, vide a matéria de DUARTE, Júlia. *A quem interessa impedir o isolamento social de combate à Covid-19?* João Pessoa: Brasil de Fato, 4 de maio de 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/05/04/artigo-a-quem-interessa-impedir-o-isolamento-social-de-combate-a-covid-19. Acesso em: 5 de jun. 2020.

[4] Para mais detalhes, vide a matéria *PROTESTOS contra racismo se espalham pelo mundo e chegam ao nono dia nos EUA*. São Paulo: Opera Mundi, 3 de jun. 2020. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/65037/protestos-contra-racismo-se-espalham-pelo-mundo-e-chegam-ao-nono-dia-nos-eua. Acesso em: 5 de jun. 2020.

deslocando a análise do poder de uma perspectiva jurídico-legalista, comum desde Hobbes e os demais contratualistas, para uma perspectiva de forças e lutas que havia sido proposta por Nietzsche. Esse raciocínio é considerado o ponto de partida para compreendermos o debate que se dá até os dias de hoje sobre uma tentativa conceitual do que seja a vida inscrita na política. Vida, como alertou Agamben (2007) em *Homo sacer: poder soberano e a vida nua*, em uma outra dimensão – *zoé* (mera vida) – , ou mesmo numa mais abrangente – *bíos* (vida qualificada) – do que bio empregado aqui como prefixo possa representar.

Para Foucault (2005), enquanto a soberania seria o dispositivo central das relações de poder do antigo regime, cuja fórmula é "fazer morrer e deixar viver" (FOUCAULT, 2005, p. 286), a biopolítica, por sua vez, seria o dispositivo que, com a modernidade, teria passado a ocupar o centro dessas relações de poder, e cuja fórmula é exatamente o inverso, ou seja, "fazer viver e deixar morrer" (FOUCAULT, 2005, p. 287).

Os esforços de Foucault para conceituar biopolítica continuarão em *A vontade de saber*, primeiro volume do projeto *História da sexualidade*, originalmente publicado em 1976, e nos cursos *Segurança, território e população* e *Nascimento da biopolítica*, também ministrados no Collège de France, aquele, entre 1975 e 1978, e este, entre 1978 e 1979. Mas na leitura desses trabalhos como partes de um todo, podemos perceber que Foucault, como lhe é característico, ora vem, ora vai, ora volta, e assim por diante. Estamos falando, por exemplo, se é correto interpretar biopolítica como sinônimo de biopoder, ou se está inserido nele. Assim como se biopolítica comporta os dispositivos de disciplina, voltados ao adestramento e docilização do corpo, ou apenas os de segurança, voltados para a governamentalidade da população. E também, se a biopolítica substituiu a soberania como sua sucessora, ou se, por outros meios, deu continuidade à fórmula "fazer morrer, deixar viver" através da fórmula "fazer viver, deixar morrer", o que nos permitiria pensar a partir de uma tanatopolítica, como o próprio Foucault (2008b) se refere como uma política de morte, e que Mbembe (2018) articula em *Necropolítica*, ainda que por outros termos.

Como nos lembra Esposito (2010) em *Bios*, mesmo que a biopolítica seja um termo bem mais antigo[5], é fato que Foucault, através de uma nova forma de ler a política, deu início a um debate em torno da biopolítica no pensamento contemporâneo, que inclui estudos e críticas de Deluze e Guattari na França, Federici, Negri, Esposito e Agamben na Itália, Preciado na Espanha, Butler nos Estados Unidos, Mbembe na República dos Camarões e Han na Coreia do Sul, além de Chaves e Rago no Brasil, só para citar alguns dos nomes mais conhecidos.

Lazzarato ainda não está entre esses nomes, mas sua contribuição para esse debate, principalmente em *Fascismo ou revolução?*, é fundamental para

[5] O termo biopolítica é um conceito em construção e alvo de disputa desde o início do século XX. Esposito (2010) cita pelo menos três debates anteriores ao que Foucault deu início. O primeiro foi a dos organicistas alemãs, cuja tese central era de o Estado funcionaria como um corpo vivo. Já o segundo, era a de antropólogos franceses, que atribuíam à oposição das forças elementares da vida com as forças espirituais o fundamento da civilização humana. Por último, o dos naturalistas anglo-saxões, que, de certo modo, se inspiraram nos organicistas alemãs, com a diferença que consideravam a natureza como o desafio a ser superado pela humanidade através da política.

reintroduzirmos a influência do capital, através do neoliberalismo, e do fascismo – incluindo aí outros tipos de ódio por ele chamado de neofascismo –, no conceito de biopolítica que o próprio Foucault (2008b) já havia considerado, sobretudo, no curso *Nascimento da biopolítica*.

Lazzarato é um sociólogo italiano, e é considerado um dos mais importantes críticos do capital na atualidade. Numa entrevista a Gumiero (2016) contou que nasceu em 1955 numa pequena cidade chamada Meduna di Livenza, no norte da Itália, e que, ainda na juventude, participou ativamente do movimento Autonomia Operária, que conheceu por conta dos pais, que lutavam por melhores condições para a classe trabalhadora. Ele lembra que na mesma época em que os amigos de infância passaram a trabalhar nas indústrias que funcionavam na cidade, conseguiu ingressar na Universidade de Padova, onde cursou ciências políticas. Negri, que será fundamental para o desenvolvimento da sua obra, era professor nessa universidade, e já era bastante conhecido porque também era militante de um movimento operário de Milão.

Ainda na entrevista a Gumiero (2016), Lazzarato conta que, mesmo na universidade, continuou no Autonomia Operária. Mas, em 1982, junto com outros militantes do movimento, teve que deixar a Itália por conta de perseguição política: havia um mandado de prisão por formação de quadrilha e associação subversiva, e com a esperança de conseguir asilo, fugiu para a França, onde mora até hoje. A princípio, teve muitas dificuldades para se manter – ou como ele diz, para sobreviver –, contando com a ajuda dos amigos que também deixaram a Itália, e dos novos que fez na França. O sentimento que o tomou era de derrota. Derrota do movimento que havia dedicado tantos anos de sua vida. Por quase sete anos, trabalhou nos postos mais penosos da construção civil, até que Negri, também na França, o reintroduziu nos círculos intelectuais, quando conheceu a obra de Guattari e passou a estudá-la, assim como as de Deluze e Foucault, mas sem entendê-las muito bem, admitiu ele, por alguns anos.

Tempos depois, Lazzarato, já na Universidade de Paris 8, conseguiu se estabelecer no cenário acadêmico com a publicação de *Trabalho imaterial* em 1991, cuja tese central – pensar o trabalho como trabalho imaterial, ou seja, deslocando o conhecimento e a invenção para a centralidade da produção – ele reconheceu na entrevista a Gumiero (2016) não estar mais convencido. Apesar disso, ainda continua se opondo à ideia do trabalho como trabalho cognitivo, considerado um novo tipo de trabalho imaterial. Inclusive, foi levando em diante suas críticas ao trabalho cognitivo que passou a se interessar pelo estudo do fenômeno do endividamento, que, na atualidade, desloca o capital da relação burguês-operário para a relação credor-devedor. Credor-devedor é a relação que Lazzarato (2019) entende mais adequada para pensar, tanto teórica quanto politicamente, os debates em torno do marxismo e da biopolítica na atualidade. É nessa linha que se insere, dentro outros livros, *Fascismo ou revolução?*

Traduzido por Wakamatsu e Scheibe, tradutores de vários textos, tanto literários quanto científicos, do francês para o português, *Fascismo ou revolução?* foi publicado no Brasil pela N-1 Edições, cujo catálogo conta com vários outros títulos que podem ser considerados pertencentes ao pós-estruturalismo e à teoria crítica.

Nesse livro, Lazzarato (2019) faz uma crítica ao debate em torno da biopolítica fundado por Foucault. Debate esse levado a diante, principalmente, por Deluze e Guattari, Negri, Agamben e Butler, também alvo de suas críticas. Identificando os pontos com os quais diverge desses autores, Lazzarato (2019) acaba propondo, ainda que de forma não declarada, e ao que parece, com base em Benjamin, uma concepção própria do que seja biopolítica, sem, contudo, desconsiderar as contribuições de Foucault.

2. A tese do capital como máquina de guerra

Em *Fascismo ou revolução?*, Lazzarato (2019) parte da crise financeira de 2008 para falar que vivemos tempos de ruptura política. Podemos ler ruptura política a partir da defesa do mínimo que faz o neoliberalismo. Mas não se trata da diminuição do Estado, como os defensores dessa fase do capital fazem crer, e sim dos serviços públicos que viabilizam o exercício dos direitos sociais, que vêm sendo cada vez mais privatizados.

Segundo Lazzarato (2019), essa ruptura política revela forças fascistas, sexistas e racistas inscritas desde o Brexit no Reino Unido, até as eleições de Trump nos Estados Unidos e de Bolsonaro no Brasil. Forças essas que só provam como o neoliberalismo, ainda que paradoxalmente, se articula como guerra. Paradoxalmente porque aprendemos, inclusive com Foucault (2008a; 2008b) nos cursos *Segurança, território e população* e *Nascimento da biopolítica*, que o neoliberalismo funda um conjunto de técnicas, que aqui denominamos *soft*, de governamentalidade da população, cujo objetivo é permitir, por meio dos dispositivos de segurança, a circulação de mercadorias, finanças e informações.

É dessa lógica *soft* que Lazzarato (2019) parece discordar, exatamente porque a entende como um véu que esconde toda a gestão da violência por trás das técnicas de governamentalidade da população em função do capital, que, para ele, se trata de uma verdadeira máquina de guerra.

Se é correta a tese de Lazzarato (2019) de que o capital é, no fim das contas, uma máquina de guerra, contra quem e como se luta essa guerra em pleno neoliberalismo, época de suposta paz?

Para Lazzarato (2019), o capital se volta contra qualquer potência revolucionária que ameace a apropriação privada dos meios de vida. Potência revolucionária essa que se viu, por exemplo, em Maio de 68 e, de certo modo, com os Coletes Amarelos, a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* e, no Brasil, com o Junho de 2013, pois, segundo ele, apesar de terem sido revolucionários na maneira como se mobilizaram, não o foram com relação à agenda: ou porque foram apenas confronto sem projeto, ou porque assumiram um projeto meramente reformista, e neste último caso, encabeçado por uma esquerda populista que se limita a jogar dentro das regras impostas do jogo, flertando com as instituições modernas que, afinal, não deixam de estar a serviço do capital. Mesmo assim, foram fundamentais para colocar em xeque, ainda que temporariamente, a circulação de mercadoria, finanças e informação, o que foi suficiente para desvelar o ódio de classe e ativar a violência contrarrevolucionária encabeçada pela direita mais radical escondidos, nos últimos cinquenta anos, pelo o manto do neoliberalismo.

Daí as reflexões de Lazzarato (2019) se situarem a partir de uma genealogia do neoliberalismo, ainda que ele não diga

que tal metodologia tenha sido empregada em *Fascismo ou revolução?*

A princípio, Lazzarato (2019) trata da relação quase – se é que não é em si mesma – necessária entre neoliberalismo e fascismo, ou mesmo, o neofascismo. Do mesmo modo como o nazismo na Alemanha serviu a um propósito ordoliberal, pensado num contexto em que a revolução socialista se desenhava no país, o que Foucault (2005; 2008b) já havia analisado nos cursos *Em defesa da sociedade* e *Nascimento da biopolítica*, as ditaduras na América do Sul nos anos 70 serviram a um propósito neoliberal, por sua vez, pensado num contexto de guerra fria, e em substituição ao keynesianismo.

Lazzarato (2019) está falando, mais precisamente, da aproximação entre a Escola de Chicago e Pinochet, que tomou o poder no Chile e implantou uma ditadura no país. Hayek, líder dos chamados Chicago Boys, com o apoio de um regime sangrento, pôde pôr em prática uma série de experimentos neoliberais no Chile, como a redução salarial da classe trabalhadora, a privatização de serviços públicos, como educação, saúde e previdência, e a financeirização dos serviços essenciais, dando origem à massa de endividados.

Diferentemente do liberalismo clássico, a Escola de Chicago não acredita que a economia se autorregulava, e que, portanto, é preciso intervir, ainda que ditatorialmente, para fazer valer a liberdade de mercado e a propriedade privada. Uruguai, Argentina e Brasil seguiram pelo mesmo caminho do Chile. E mesmo com a redemocratização desses países nas últimas décadas, o neoliberalismo continuou em pleno funcionamento.

No Brasil, mais precisamente, Lazzarato (2019) identifica a continuidade do neoliberalismo nos governos de Lula e Dilma, que se propuseram a combater a pobreza pela facilitação de crédito às classes subalternizadas para aumentar o poder de consumo, transferindo os riscos antes compartilhados pelo acesso aos serviços que eram públicos, mas agora privatizados, para a esfera individual, substituindo a consciência política de classe por uma consciência típica de consumidores, com o tempo, submersos em dívidas. E de alguma maneira, com a eleição de Bolsonaro, temos a sensação que se ensaia um recrudescimento, tal como nos anos 70. Uma eleição, segundo Lazzarato (2019), graças à aliança de investidores, ruralistas, policiais (incluímos aí milicianos) e religiosos conservadores, cujo governo conta com um Chicago Boy como ministro da economia e com tantos outros militares na Esplanada dos Ministérios, numa escalada neofascista. Trata-se do ciclo neoliberal – ditadura-financeirização-polarização – que Levinas (2017) se referiu em *The takeover of social policy by financialization: the brazilian paradox*.

Para Lazzarato (2019), o neofascismo é uma mutação do fascismo histórico, e o que tem de novo são os inimigos: os imigrantes, os refugiados, sobretudo, os mulçumanos. É um fascismo que incita a violência pela proteção da ideia da propriedade privada, colocando o ódio em função da defesa do que imaginamos ser nosso: nosso país, nossos empregos, nossas mulheres. Com isso, expõe não só sua face nacionalista ou o ódio de classe, mas também a face sexista e racista. É daí que vem o apoio à ideia de família, mas não a qualquer família, apenas à monogâmica e heterossexual, que se tornou bandeira do neofascismo em muitos países do mundo, dos quais podemos dizer que o Brasil se inclui.

Quanto ao racismo, Lazzarato (2019) o identifica como uma técnica de governamentalidade da população que foi colocada em prática pelo capital nas colônias nos tempos da escravidão, portanto, séculos antes da biopolítica nos países do Norte e seu ápice com o nazismo, como afirmou Foucault (2005) no curso *Em defesa da sociedade*. Como tal, o racismo hierarquiza, inferioriza e segrega a população, cuja resposta a qualquer resistência é a guerra.

Ainda que, com o tempo, o capital tenha deixado a escravidão de lado em nome de uma concorrência global – afinal, estamos falando de um sistema-mundo, que aqui estamos vinculando aos termos do que Wallerstein (2007) define em *O universalismo europeu* –, como estratégia de precarização das relações de trabalho nas antigas metrópoles para o desmonte dos movimentos operários e sindicais, Lazzarato (2019) defende a ideia de que as técnicas de governamentalidade da população são, em última análise, guerra contra a própria população. Não por acaso, segundo Cowen (2014) em *The deadly life of logistics*, essas técnicas incorporaram a logística e outros saberes militares desenvolvidos para garantir a circulação de mercadorias, finanças e informação em tempos de conflitos armados, tornando o meio de produção global e difuso.

A guerra contra a população é de difícil percepção por conta da pacificação, não no sentido de paz e sim no de neutralização, da potência revolucionária dos movimentos sociais, em especial, nos últimos cinquenta anos de neoliberalismo. Pacificação essa, diga-se de passagem, que deu espaço para a escalada neofascista atual, que não só desarticulou os movimentos sociais, mas também minou as insurgências teóricas, como a marxista, devido às estratégias então concentradas na agenda da classe trabalhadora, deixando de lado todo o aparato colonial, sexista e racista dessa máquina de guerra. Lazzarato (2019) enxerga exatamente aí a potência revolucionária que falta para se fazer frente ao capital: as estratégias anticoloniais, feministas e raciais. Mas ele alerta para a necessidade de nos atentarmos para o momento do *devir* e, assim, não sermos surpreendidos por uma contrarrevolução, lembrando que contrarrevolução é o modo *operandi* histórico do capital, como explica Federici (2017) em *Calibã e a bruxa* ao descrever a formação do capital a partir das estratégias que garantiram o processo da chamada "acumulação primitiva", dentre as quais, a guerra contra as mulheres simbolizada pela caça às bruxas, que tinha com o objetivo de redefinir a dinâmica em volta do trabalho reprodutivo, como o é o caso do trabalho doméstico, e com isso, explorar a mão de obra feminina sem qualquer remuneração.

Com os experimentos da Escola de Chicago no Chile de Pinochet bem-sucedidos (para o capital, no caso), o neoliberalismo se mostrou valiosa estratégia de guerra do capital, e se tornou a bandeira de intervenção das instituições financeiras, como o Banco Mundial, nos demais países do Sul, como os da África e da Ásia, como Federici (2019) deixa claro em *O ponto zero da revolução*. Em verdade, para Lazzarato (2019), as reformas estruturais financiadas pelo capital nos países do Sul recolocaram as antigas metrópoles na condição de colonizadoras, e dessa vez, através do fenômeno do endividamento. Como antes, as antigas metrópoles, ainda que indiretamente, não se furtam de massacrar as revoltas anticoloniais que se opõem à privatização dos serviços públicos e, sobretudo as que têm caráter potencialmente revolucionário.

3. Uma tentativa conceitual de biopolítica como pacificação da vida revolucionária

A partir do que chamamos de genealogia do neoliberalismo que Lazzarato (2019) faz em *Fascismo ou revolução?*, ele articula suas críticas ao debate em torno da biopolítica.

O foco de suas críticas é Foucault, que apesar de ter avançado em relação ao marxismo ao tratar do poder em outros espaços até então ignoradas, como a prisão, a escola e o hospital, não teria feito uma genealogia do neoliberalismo, embora tivesse feito uso dessa fase do capital para desenvolver suas ideias sobre a biopolítica. Por neoliberalismo, Foucault (2008b) entendia, sobretudo, no curso *Nascimento da biopolítica*, não apenas como uma teoria econômica, mas como uma mentalidade inscrita nos dispositivos de segurança, e que, a partir das técnicas de governamentalidade da população, ao mesmo tempo que é produto, também produz uma subjetividade própria: a do empreendedor de si mesmo, que é marcado pelo individualismo em razão da necessidade de autoinvestimento e da concorrência constante, como se fosse uma empresa. Trata-se de um *homo oeconomicus*.

Segundo Lazzarato (2019), isso não basta para compreendermos o neoliberalismo, porque dá a falsa impressão de que o capital, nessa fase, nada tem a ver com repressão, violência ou guerra. É possível dizer que, por conta do recorte epistemológico de Foucault ter se limitado ao contexto europeu, ele não tenha levado em consideração a relação da Escola de Chicago com a ditadura de Pinochet no Chile e em outros países da América do Sul ao longo dos anos 70[6]. Ditaduras sangrentas que vieram em salvação da tal liberdade de mercado e da propriedade privada. Não ter abordado essa realidade dos países do Sul, limitou o alcance do olhar de Foucault. Não por acaso a alternativa à biopolítica pensada por Foucault fosse mais microfísica – como sugerem os conselhos para uma vida não-fascista que listou ao prefaciar *O anti-Édipo* de Deluze e Guattari (2011), e o cuidado de si a que se dedicou no final de sua vida, considerada a fase normativa de sua obra – do que revolucionária, pelo menos, do ponto de vista popular.

Para Lazzarato (2019) o recorte epistemológico de Foucault teria levado a interpretações restritas. Segundo ele, Deluze, por exemplo, entende que a biopolítica, para Foucault, não se confunde com mera violência: enquanto a biopolítica é uma fórmula sofisticada de poder porque produz condutas supostamente livres, a mera violência, por sua vez, é repressiva por impedi-las, sendo, portanto, uma fórmula de poder menos sutil. Lazzarato (2019) recusa que essa interpretação seja totalmente correta porque ignora exatamente a face do capital que o neoliberalismo quer manter oculta: a repressão, a violência, e a guerra.

Deluze não teria sido o único ter essa interpretação. A noção produtiva da biopolítica fez Butler, Negri e Deleuze e

[6] No entanto, não podemos ignorar o fato de Foucault ter vindo ao Brasil diversas vezes ao longo dos anos 70, quando proferiu uma série de conferências fundamentais para o desenvolvimento de sua própria obra, como *A verdade e as formas jurídicas* e *O nascimento da medicina social*, ambas ministradas no Rio de Janeiro, aquela em 1973, e esta, em 1974, marcos na virada foucaultiana sobre a relação das ciências humanas com o poder pastoral, assim como o uso do saber médico no campo da política. Numa dessas vezes, ao saber da morte do jornalista Herzog, chegou a interromper a programação acadêmica para qual tinha sido convidado, fazendo críticas à ditadura brasileira.

Guattari, cita Lazzarato (2019), proporem como alternativa contracontudas: se somos levados a agir num sentido, é só agirmos noutro, sendo, assim, contraperformativo, no caso de Butler, contraprodutivo, no caso de Negri e Hardt, e contracriativo no caso de Deleuze e Guattari[7]. Mas isso não seria suficientemente revolucionário por conta do que Foucault entendia por estratégia: o "que torna decifráveis os acontecimentos históricos da humanidade ou as ações humanas" (LAZZARATO, 2019, p. 95). Descodificar, no entanto, é mais uma estratégia que se soma ao próprio dispositivo de poder que, em tese, visa derrubar. Então, ser contraperfomativo, no caso de Butler, passa a fazer parte do dispositivo da sexualidade tanto quanto ser performativo, lembrando que dispositivo de poder, segundo Deluchey (2016) em *Sobre estratégias e dispositivos normativos em Foucault: considerações de método*, envolve tanto discursos e práticas não discursivas, quanto estratégias, inclusive, aquelas contrárias ao próprio dispositivo de poder, contribuindo para mantê-los ativos.

É por isso que Lazzarato (2019) não concorda com a afirmação de Negri e Hardt (2006) em *Império* de que o capital não sobrevive muito tempo em guerra. Assim como não concorda completamente com a afirmação de Agamben (2004) em *Estado de exceção* de que vivemos num Estado de exceção permanente, já que, segundo Lazzarato (2019), o Estado de exceção, como podemos chamar a guerra declarada, estaria imbricado no próprio Estado de direito, como indicaria a inclusão de instrumentos de tempos de anomia no *nomos*.

Nossas suspeitas de que Lazzarato (2019) fundamenta sua tese no pensamento de Benjamin se confirmam ainda em *Fascismo ou revolução?*. É bem verdade que Benjamin não contribuiu diretamente para o debate em torno da biopolítica, justamente por ter morrido antes que Foucault desse início a sua obra, mas Lazzarato (2019) o considera o único marxista que, ao analisar a dinâmica entre as duas guerras mundiais, entendeu o capital não só como produção.

Em *Para a crítica da violência*, Benjamin (2011) entendia o capital como uma força que cria ao mesmo tempo que destrói. Assim, impõe-se pelo triunfo sobre as classes subalternizadas, enquanto vencidos de guerra (uma força que funda o direito). Esse triunfo não é cristalizado no passado, mas se mantém através de uma violência contínua para evitar revoltas (uma força que mantém o direito). Violência contínua essa que, para Lazzarato (2019), se opera nas

[7] Apesar do nosso pouco estudo desses autores, é possível traçar uma certa similaridade entre os conceitos que desenvolveram, e por consequência, as contracondutas deles decorrentes como possíveis alternativas. Butler (2003), em *Problemas de gênero*, explica que performatividade significa a relação entre uma teoria linguística com os gestos corporais, ou seja, o agir, incluindo aí comportar-se como um gênero ou outro, tem a ver com um discurso previamente definido, no caso, sobre ser mulher ou homem. Já Negri e Hardt (2006), em *Império*, entendem que ser produtivo não diz respeito apenas aos processos relacionados ao trabalho capaz de gerar mais valia, mas para além dele, envolvendo o cuidado, o afeto e de tudo o que é relacionado ao que ele chama de "genericamente humanos", o que provaria, segundo os autores, o aspecto biopolítico do trabalho. Por último, Deleuze e Guattari (2005), em *O que é a filosofia?*, afirmam que as ciências da comunicação, como a informática, o marketing, o design e a publicidade nos fez criativos de um modo diferente da filosofia, já que o que passamos a criar tem mais a ver com mercadorias do que com aquilo que resiste ao presente e inventa formas por vir, invocando um tempo que ainda não existe.

técnicas de governamentalidade da população, originada das técnicas de pilhagem, saque, racismo e escravidão empregadas nos países do Sul. Como resposta, Benjamin (2011) aposta em uma violência revolucionária que seria capaz de pôr fim a essa violência contínua (uma força que depõe o direito). Daí outra contribuição importante de Benjamin (2011) para Lazzarato (2019): estratégia. Estratégia não como descodificação de acontecimentos históricos e do agir, tal como pensava Foucault, e sim como condições de rupturas do *continuum* histórico. Trata-se da arte da ruptura, ou seja, da revolução.

Com isso, podemos ler *Fascismo ou revolução?* como uma tentativa de Lazzarato (2019) propor uma noção nova de biopolítica. Se vivemos sob o triunfo do capital sobre a revolução, que monitora qualquer sinal de revolta e calcula a resposta como uma guerra constante, fomos vencidos e neutralizados como governados. Portanto, para Lazzarato (2019), a vida inscrita na política não é só a vida biológica, a mera vida ou a vida nua. É sim a vida pacificada, sem a sua potência revolucionária, neutralizada pela guerra contra a população, que financia um novo colonialismo, fascismo, sexismo e racismo, e que nos deixa mais expostos à morte.

Compreender isso seria o primeiro passo para, então, articularmos estratégias capazes de minar o capital. Lazzarato (2019) chega a apostar, como já dissemos, na potência revolucionária das estratégias anticoloniais, feministas e raciais, já que a guerra não é só contra os movimentos de trabalhadores do campo e do piso de fábrica, e sim contra toda a população submetida ao aparato colonial, sexista e racista dessa máquina.

Conclusão

Com este trabalho tínhamos como objetivo situar o debate em torno da biopolítica que Foucault deu início no pensamento contemporâneo a partir da tese de Lazzarato segundo a qual o capital se constitui como uma verdadeira máquina de guerra, chegando-se, assim, a uma concepção de biopolítica como pacificação da vida revolucionária.

Um trabalho escrito na virada do fim do mundo, pelo menos a sensação que tínhamos naquele momento com a evolução da pandemia de Covid-19, para um novo tempo que se ensaiava com a uma onda de protestos em resposta à violência policial contra a população negra nos Estados Unidos e que colocou o racismo em xeque, o que foi capaz de ameaçar o recrudescimento da escalada fascista em muitos países, incluindo o Brasil.

Não por acaso, tenhamos ouvido muitas autoridades declararem medidas para conter o movimento: desde toque de recolher a criminalização, chegando a tratá-lo até como terrorismo, ameaçando fazer uso das forças armadas, além das forças policiais, e todo seu aparato violento de controle para reestabelecer a chamada "ordem".

Se nossa interpretação de *Fascismo ou revolução?* estiver correta, tudo isso não passa de estratégias de guerra para salvar a liberdade de mercado e a propriedade privada, inclusive, a dos principais centros comerciais pelos quais essa onda de protestos passa. Estratégias essas, como vimos, contrarrevolucionárias, na medida em que o capital monitora qualquer sinal de revolta e calcula a resposta como uma guerra constante. Guerra, diga-se de passagem, contra a população, que, para Lazzarato (2019), só é população quando somos vencidos e neutralizados como governados.

Portanto, a vida inscrita na política não é só a vida biológica, a mera vida ou a vida nua. É sim a vida pacificada, sem a sua potência revolucionária, neutralizada pela guerra contra a população, que financia um novo colonialismo, fascismo, sexismo e racismo, e que nos deixa mais expostos à morte.

Entendemos que essa é uma tentativa conceitual em desenvolvimento, na medida em que Lazzarato (2019) parte de uma concepção clássica de Foucault (2005; 2008a; 2008b) e que se constrói pela crítica feita a partir de outras, como a de Agamben (2004), levando em consideração, ainda, outros debates além daquele travado em torno da biopolítica, como o do marxismo também, incluindo aí não só a noção de sistema-mundo de Wallerstein (2007), mas também a de violência revolucionária de Benjamin (2011).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer, poder soberano e vida nua**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. In: _____. **Escritos sobre mito e linguagem**. Tradução de Susana Kampff e Ernani Chaves. São Paulo: Duas-Cidades, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2005.

DELUCHEY, Jean-François Yves. Sobre estratégias e dispositivos normativos em Foucault: considerações de método. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 40, n. 2, p. 175-196, 2016.

ESPOSITO, Roberto. **Bios**: biopolítica e filosofia. Tradução de Freitas da Costa. Lisboa: Edições70, 2010.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução pelo Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução pelo Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Introdução para uma vida não-fascista. In: DELUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**. Tradução de Luiz Orlandi. São Paulo: Editora34, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GUMIERO, Gustavo Bissoto. Entrevista com Maurízio Lazzarato. **Revista Ideias**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 249-264, jul./dez. 2016.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução?** O neoliberalismo em chave estratégica. Tradução de Takashi Wakamatsu e Fernando Scheibe. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

MEBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, Estado de exceção e política de morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em 2020-06-04
Publicado em 2021-05-01